

PROPOSTA 269/2015 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA DE 2014, BEM COMO A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA.

O Sr. Presidente: - Passávamos agora para a apresentação das contas da Câmara. Eu pedia ao Sr. Director Municipal para nos fazer a sua apresentação.

O Sr. Dr. Nelson Souza (Diretor Municipal de Finanças): - Muito bem. Muito bons dias. Nesta primeira oportunidade que eu tenho para me dirigir diretamente ao executivo da Câmara, naturalmente desejava saudar o Sr. Presidente e o conjunto dos Vereadores que compõe este executivo. Faço aliás com gosto redobrado porque se trata porventura de material, um dos deveres mais relevantes, mais nobres de qualquer dirigente público que é a conta pública da aplicação do dinheiro dos contribuintes.

Vou tentar não vos maçar com informação que se encontra detalhada nos documentos que atempadamente foram distribuídos, propondo-me sublinhar e esclarecer que por ventura alguns aspetos que poderiam ter ficado menos claros nos documentos que foram distribuídos. Um rápido olhar sobre os dados globais, não vos aqui maçar com taxas de crescimento, não vos vou maçar com números, conforme eu disse, todos eles encontram-se profundamente detalhados e ilustrados no relatório de gestão e nas contas que lhe foram anexas mas queria apenas sublinhar duas, dois aspetos.

O primeiro deles, é que as contas do município em 2014 apresentam-se de uma forma equilibrada e consolidada. Depois de um ano com fortes impactos de correntes de operações que envolveram registos patrimoniais muito relevantes. Mais adiante terei oportunidade de frisar do que se trata mas a título de exemplo posso referir a integração dos ativos da Braga Parques, da integração da EPUL em consequência da sua dissolução, o registo de algumas operações de natureza contabilística que afetaram o balanço e também naturalmente o conjunto de ações que materializaram na prática e que tiveram reflexo significativo nas contas da CML decorrentes das operações ligadas à reforma administrativa e da passagem de competências e de recursos financeiros e outros para as Juntas de Freguesia.

Mesmo depois deste conjunto muito substantivo de acontecimentos, aquilo que se passa é conforme podemos ver, ainda tivemos oportunidade de aumentar ligeiramente é certo, mas aumentar os resultados da Câmara, o resultado

líquido e não termos provocado danos de maior à estrutura financeira da Câmara ali ilustrada por dois indicadores que revelam um grau de autonomia financeira muito alto de 60% e um grau de cobertura da dívida, por fundos próprios de 1, 5 vezes. Aliás, a estrutura financeira da Câmara permite-lhe neste momento ter um “*rating*” implícito dos melhores que se podem obter no mercado português. Digo “*rating*” implícito porque conforme sabem a Câmara não está sujeita, não é analisada por qualquer empresa de *rating* de natureza formal, já o foi no passado, mas agora não mas existem um *rating* implícito e que *rating* implícito é esse? É a taxa de juro e as condições que a Câmara Municipal de Lisboa neste momento consegue obter no mercado financeiro português e internacional. Aquilo que eu posso dizer é que eu tenho instruções da parte do Sr. Presidente e do vereador para não aceitar condições de “*spread*” que não sejam as melhores oferecidas no mercado. Isto prova, isto prova que de fato temos um “*rating*” implícito, senão de “*tri-play*”, muito perto disso.

Naturalmente foi um ano decrescimento de receitas, naturalmente foi aquilo que permitiu realizar e acomodar os grandes, as grandes operações que tivemos de registar e escriturar durante este ano. Tratou-se de um crescimento de receitas de 55 Milhões de Euros que não se deveram apenas aos impostos, naturalmente a fatia maior decorre do aumento de impostos de 70 Milhões de Euros mas também de rendimentos provenientes de alienações de imobilizado e da regularização de empresas municipais. Não fora aquilo que foi a redução decorrente de uma opção estratégica da Câmara Municipal de Lisboa de devolver aos contribuintes da cidade parte substantiva do IRS que recebem e que se traduziu na redução da receita de perto de 30 Milhões de Euros nas transferências, este aumento, este acréscimo teria sido ainda mais significativo. No domínio dos impostos relevo naturalmente a evolução muito favorável do IMD mas também do IMI e um comportamento mesmo assim aceitável das partes das outras componentes da receita fiscal.

No domínio dos custos aquilo que se verificou foi de fato uma estabilização dos custos operacionais e de outra natureza na Câmara Municipal de Lisboa. Faço aqui lembrar, que durante este ano há movimentos inter-rubricas que importa relevar e que decorrem da reforma administrativa.

Globalmente, temos um aumento das transferências naturalmente motivado pelas verbas que são transferidas para as Juntas de Freguesia mas que importa também reter que tiveram reflexo anulando e neutralizando o efeito orçamental da reforma administrativa, tiveram reflexos estava eu a dizer na redução da rubrica de despesas com o pessoal e de fornecimentos e de

serviços externos. Importa porém referir, conforme podemos ver aqui no detalhe da rubrica de fornecimentos e serviços externos, apenas aqui uma observação de natureza técnica, neste ano foi um ano onde a execução orçamental, ou seja, a análise da execução orçamental da despesa está fortemente influenciada pelo elevado volume da liquidação de dívida, por isso mesmo ela não reflete a evolução dos custos em tempos reais.

O que é que eu quero dizer? Quero dizer, se utilizássemos a execução orçamental para avaliar a evolução da dívida, eu estava incorrer em erros de análise, porque nessa execução orçamental da Despesa também está a redução da dívida, quer a Fornecedores, quer a Bancos, por isso mesmo é que utilizamos o conceito mais apropriado de corrente de ótica patrimonial da, dos fornecimentos de serviço externos reduziram-se em menos 8,6%, parcialmente é devido, e importa reconhecer que também função daquilo, das responsabilidades, algumas delas que foram transferidas para as Juntas de Freguesia, é assim que se explica uma redução de menos 36,3% de despesas de conservação e reparação.

Portanto, aqui uma quota parte importante dessa descida deve-se às Juntas de Freguesia e que também mas e de qualquer forma existem aqui algumas rubricas que desceram de custos fruto da ação que se encetou por exemplo de renegociação de contratos que já não eram revistos há umas dezenas de anos, volto a referir, algumas dezenas de anos, relativamente a fornecedores importante daqui da Câmara Municipal de Lisboa como foram os casos da EPAL e da EDP, nunca Iluminação Pública diz respeito.

Perguntam-nos com alguma referência de onde veio o dinheiro para reduzir a dívida no montante em que o fizemos e para isso socorremo-nos de uma técnica não comum, em matéria de análise orçamental em autarquias locais, conjugando ótica orçamental com a ótica patrimonial e aquilo que fizemos foi determinar uma espécie de saldo primário das nossas contas. Ou seja, é o saldo das receitas menos as despesas excluindo o pagamento da dívida ou da redução da dívida.

Por aqui, podemos ver que trazíamos um saldo inicial de 28 Milhões de Euros e entre receitas e despesa, despesas estas que apenas se referem a pagamentos de custos do ano, portanto importa aqui referir e encontramos um saldo disponível de 122,3 Milhões de Euros que aplicamos em termos de redução da dívida de 111 Milhões de Euros remanescendo naturalmente um saldo final de 11, 1 que é o saldo a transitar, é o saldo de gerência final aqui das nossas contas.

Naturalmente terei toda a disponibilidade e a minha equipa, naturalmente, para detalhar, para explicar, para compatibilizar esta análise que aqui é apresentada. Falei-vos de um conjunto de operações que tiveram um impacto maior no registo das contas da CML, refiro apenas algumas delas entre as quais naturalmente a devolução ou a reversão dos terrenos da Feira Popular, portanto da Braga Parques para a CML.

O encerramento da EPUL, digamos com um impacto muito relevante na matéria de ativos e passivos com saldo de impacto global de perto de 80 Milhões de Euros. Fizemos um exercício de revisão muito analítico, muito aturado e muito acompanhado pelos auditores de, do registo de previsões que afetavam de forma substantiva o nosso passivo e a nossa situação patrimonial. Tivemos aqui com acordo explícito dos nossos auditores um resultado que nos levou a uma redução de 200 Milhões de Euros nas previsões que estavam acumuladas e registadas no balanço do ano passado, pese embora termos ao mesmo tempo reforçado uma previsão de 64 Milhões de, não, perdoem-me, de 56,7 Milhões de Euros em termos de constituição de novas previsões.

Fizemos um ajustamento no imobilizado para regularizar algo que já tinha quase mais de 15 anos no nosso balanço. Tratou-se de regularizar o imobilizado fazendo justa por aquilo que estava registado no balanço com o inventário real do património que existe na Câmara e como tal evidenciado também no documento que pela primeira vez a Câmara Municipal juntou aos documentos de prestação de conta relativas ao inventário deste município. Conseguiu-se acertar contas no âmbito do contrato com a SEGAL do contrato dito e nominado com a SEGAL que também teve um efeito significativo do ativo e do passivo e finalmente queria relevar também, tivemos um trabalho muito intenso com regularização de diversos processos, de variados processos, com as empresas municipais que nos levaram naturalmente ater a possibilidade de regularizar e de ajudar a consolidar a situação de algumas das empresas municipais foi referido pelo presidente da GEBALIS, não estou aqui a ver mas deve estar, ah está ali, peço desculpa, e portanto que nos levou também a termos regularizado, termos na prática colocado uma maior justaposição da realidade das empresas municipais nas contas da Câmara.

Duas ou três notas quanto á questão da dívida que é uma questão essencial naturalmente na vida que qualquer município. Em primeiro lugar, bom, não há vários passivos mas há de fato vários conceitos desta mesma realidade. Existe naturalmente o passivo total que é aquele que engloba tudo, tudo aquilo que em matéria quer do POCAL, quer do SNC é definido como o passivo registado, portanto que tem movimentos de natureza financeira e de outra natureza. Aqui

o passivo da Câmara reduziu-se em 15 perto de 16 Milhões de Euros com a variação quantitativa que conseguem descortinar através de uma conta rápida. Temos o passivo exigível, ou seja, deduzido daquele que não tem expressão financeira, dos acréscimos, dos deferimentos e das provisões, também aqui a dedução existiu embora menor ainda que nós tenhamos que ter aqui em consideração que só em dois processos como o caso da Braga Parques e como o encerramento da EPUL, só aqui estão 200 Milhões de Euros de evolução.

A questão da dívida legal, do cumprimento da dívida legal, tivemos um enquadramento legal muito, muito adverso de alteração de enquadramento legal. Alteração da Lei de finanças locais levou a que nós no início de 2014 pela Lei anterior tivemos uma margem de crescimento de dívida, a possibilidade de crescer a dívida em perto de 200 Milhões de Euros. Pela simples alteração legal essa margem desceu de 200 Milhões para 18 Milhões de Euros assim de forma bruto e incidindo naturalmente sobre a mesma realidade. Portanto ficamos com a obrigação de naturalmente só podermos crescer 18 Milhões de Euros. Aquilo que se verificou é que nós, portanto, cumprimos integralmente portanto este limite porque não só não crescemos mas como descemos a dívida em 25 Milhões de Euros, ou seja, tivemos uma margem de 18 mais 25, 43 Milhões de Euros acima daquilo que era permitido pela legislação. Portanto este é um dado objetivo, é um dado importante porque é a expressão legal da questão do excesso de endividamento das autarquias.

Existem também, eu não vou entrar aqui em pormenor, outros requisitos legais de equilíbrio, de equilíbrio de pagamentos a Fornecedores, equilíbrio orçamental de pagamentos em atraso, que também tivemos oportunidade de monitorar ao longo do ano, de forma a chegar ao fim a cumpri-los.

Fica naturalmente aqui uma última palavra, uma última palavra que é de agradecimento, pela orientação, incentivo e impulso dado pelo atual, então Vice-Presidente, responsável pelo Pelouro das Finanças, o seu constante impulso e incentivo, naturalmente contribuiu em muito para se conseguir aqui estes resultados; mais tarde e agora nos últimos dias ou semanas, continuado pelo atual Vereador das Finanças, que também teve aqui a sua quota-parte de responsabilidade.

Queria também referir, que tivemos a oportunidade de beneficiar, beneficiar é rigorosamente o termo, da exigência e do grau de competência dos novos Auditores da Câmara Municipal de Lisboa; e finalmente, naturalmente não queria deixar de agradecer à Equipa da DMF, Equipa que também noutras

direções, que naturalmente contribuíram, que não regatearam, nem fins de semana, não regatearam nada, portanto colocaram o esforço e empenho que conduziu a estes resultados.

Apenas aqui uma palavra, seria ousadia demais tentar ir recrutar novos elementos para a DMF no Gabinete do Sr. Vereador; tenho, portanto integrei na Equipa 2 dos seus elementos, mas para dar apenas expressão visual do trabalho que fazemos de facto em equipa, entre a DMF, o Gabinete e o próprio Vereador de quem dependemos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Diretor. Passo agora a palavra ao Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Muto bom dia a todos. Primeiro uma abordagem de princípio, isto que acabaram de ver, a apresentação detalhada, técnica, por parte do Diretor Municipal, é uma prática que penso seguir, incentivar, nomeadamente naquilo que tem a ver com a Prestação de Contas. Nós temos a noção de que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras, no fundo, toda aquela documentação que enquadra a Prestação de Contas, deve ser um documento objetivo, rigoroso, que espelhe fielmente a situação económica, financeira e patrimonial, e já agora também de recursos humanos, da Autarquia.

E por isso, este documento resulta de um trabalho desenvolvido pela Equipa da DMF, dirigida pelo Nelson Sousa, e já agora complementado também pelo “input” dado pela Direção Municipal de Recursos Humanos, pela Fátima Fonseca, naquilo que aos Recursos nos diz respeito, é um documento que tem qualidade, é transparente, é rigoroso, cumpre a legislação e os regulamentos, e tem uma perspetiva de melhoria continua, aliás como o Nelson Sousa referiu.

Portanto, a Equipa Técnica do Município agora apresenta as Contas, a Câmara Municipal analisa-as, faz as suas apreciações políticas e aprova-as; e o ROC, o Revisor Oficial de Contas certifica-as, e cada um no seu papel; portanto nós gostaríamos que fosse percecionado, quer interna, quer externamente, que as Contas são um documento elaborado com tecnicidade e com todas estas características que eu acabei de referir.

Evidentemente, isto não retira espaço de discussão política, mas são 2 compartimentos diferentes, quem olha para as nossas Contas tem que ver nelas as características de isenção, rigor e qualidade que eu acabei de referir.

Nós os políticos, vamos analisar e interpretar as opções que foram tomadas e a gestão que o Executivo realizou, com base nessa mesma informação fiável,

portanto, se nós tivermos dúvidas na informação fiável, devemos coloca-las, senão devemos estancar estas 2 abordagens sobre esta matéria.

Esta Organização tem feito um esforço enorme para preservar a qualidade do que faz e a sua idoneidade, e tem de ser facto confiável e apresentar documentos que espelhem fielmente essa mesma situação, para que todos aqueles que se relacionam connosco, possam ter confiança naquilo que lhe está a ser apresentado e na situação real da própria Câmara Municipal.

Esta qualidade que eu estou a referir, é certo que em Minuta, dado um procedimento que foi ajustado nas últimas semanas e que aliás era seguido já por alguns Municípios, designadamente Sintra, onde o Sr. Vereador Fernando Seara foi Presidente, em que de facto o que era trazido à Câmara, como aliás está a acontecer aqui hoje, é a Minuta dessa Certificação de Contas, e só posteriormente quando a Câmara as aprovar, é que em definitivo o ROC, o Revisor Oficial de Contas certifica essas mesmas Contas.

Por outro lado também sublinhar uma questão, ainda relativamente à tecnicidade das Contas e à sua clareza e rigor, que aumentámos a exigência relativamente ao Revisor Oficial de Contas, e ainda assim, conseguimos melhores resultados que no ano anterior, passámos de 9 reservas na Certificação anterior, para 4, ou seja, ainda há aqui alguma melhoria a fazer, no entanto, mesmo relativamente à materialidade dessas reservas, também elas são substancialmente diferentes das do ano anterior.

Portanto já falei do *“timing”* de intervenção, eu acho que para terminar esta parte relativamente à questão dos Princípios, só sublinhar que vão ter esta perspetiva em diferentes momentos, evidentemente este é o mais importante, são as Contas, mas em diferentes momentos da nossa vida e naquilo que serão as propostas e as iniciativas que a Área das Finanças e dos Recursos Humanos vão tomar.

Vão ter aqui apresentações e a intervenção daquilo que são a Equipa Técnica Municipal, que também precisa que lhe seja reconhecida a qualidade, e por essa via também é uma forma de aumentarmos a notoriedade e a credibilidade do próprio Município; e por outro lado, aumentarmos a autoestima daqueles que desenvolvem e fazem o seu melhor para que este Município funcione nas mais diferentes Áreas. Essa, espero que venha a ser reconhecida como uma marca daquilo que esta Equipa das Finanças e dos Recursos Humanos pensa fazer.

Relativamente à análise daquilo que foi a gestão de 2014, eu pedia que colocassem o PowerPoint muito rapidamente, para que existe tempo de debate, passaria por ele.

Por um lado, os aspetos que eu gostaria de salientar relativamente à análise destas Contas, eles já foram de alguma forma salientados, mas estes gráficos traduzem-nos de forma muito consistente ao longo de uma série um pouco mais alargada.

A redução alargada, consistente e sustentável do Passivo Municipal, é uma evidência, basta consultar corretamente e avaliar corretamente aquilo que foram as Contas apresentadas ao longo dos anos, para se perceber que os dados que ali estão são todos verdadeiros, fiáveis e reais.

Por outro lado, redução acentuada, consistente e sustentada do Passivo Elegível. Um outro conceito, até porque estes conceitos vão-vos fazendo ter algumas dificuldades às vezes na análise, mas importa trazê-los aqui, para se perceber que em qualquer ótica que olhemos para o Passivo e para o Endividamento, os resultados são sempre melhores, e esses são sempre melhores ao longo do tempo, obviamente têm algumas variações e inflexões, mas digamos que há aqui uma constância de tendência, e isso é importante para quem analisa, nomeadamente para os nossos Fornecedores e Instituições com as quais nos relacionamos.

Por outro lado, uma melhoria, esta ainda reflete o Passivo e acelerando aqui um pouco, a margem de disponibilidade legal relativamente ao Endividamento. Há aqui claramente uma mudança que de alguma forma nos tira margem de manobra, mas ainda assim, como foi referido, nós conseguimos inverter essa tendência, que foi uma imposição legal de margem de endividamento, e portanto ela, que na altura era de 18 milhões de euros, passou aos tais 43.

Por outro lado e eu vou saltar aqui, talvez este o aspeto mais importante, não que os outros não o sejam, mas para a relação com todas as entidades com as quais temos relacionamento aos mais diferentes níveis, sejam elas Bancos, Fornecedores várias, de grande e pequena escala, esta questão de termos tido esta redução brutal do Endividamento, e por outro lado, estarmos a pagar em prazos médios desta ordem de grandeza, dá-nos uma credibilidade junto do Mercado, que não nos parece que tenhamos sequer o direito de contestar, porque os dados são objetivos, quer dizer, toda e qualquer intervenção que de alguma maneira venha beliscar de forma mais ou menos artificial estes dados incontornáveis, são prejudiciais para a imagem desta Organização.

Eu não estou com isto a querer dizer que devemos de evitar, que devemos de alguma forma coartar o debate político sobre a matéria, mas temos que partir de dados objetivos, e utilizar determinadas formulações para contestar estes dados, só são explicáveis pela transformação das Contas da Câmara Municipal de Lisboa numa arma de arremesso político noutros fóruns, e que não vêm de

forma nenhuma dignificar aquilo que é o trabalho autárquico e aquilo que é a nossa performance enquanto Organização.

Pronto, para já parece-me que é aquilo que eu tinha para dizer de imediato, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Depois deste longo período de apresentação, também deste longo conjunto de documentos e antes de passar a palavra aos Srs. Vereadores da Oposição, eu tive aqui um lapso, que não informei no início da Reunião, é que temos 3 substituições que queriam que ficassem registadas.

Que o Vereador João Afonso é substituído pelo Vereador Rui Franco; a Vereadora Graça Fonseca é substituída pelo Vereador José Borges e o Vereador João Ferreira é substituído pelo Vereador Manuel Figueiredo, peço desculpa do lapso, não anunciei no início da Reunião.

Posto este período, passávamos desde já, sem demoras, aos pedidos, às intervenções dos Srs. Vereadores. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito bom dia Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Srs. Membros dos Conselhos das respetivas Empresas Municipais.

Eu confesso que, eu nem sei como é que hei-de adjetivar, muito sinceramente, algumas das coisas que aqui ouvi, designadamente em relação às Contas da Câmara; e algumas sessões, eu diria até mesmo propaganda, que foram feitas logo em Janeiro, recordo uma Conferência de Imprensa que na altura foi marcada para apresentar alguns números, e mais recente, esta última Conferência de Imprensa.

E a forma como foram trabalhadas e foram construídas estas Contas, por forma a responder àquilo que era um anseio, uma vontade do Executivo, de mostrar que as Contas estavam maravilhosas, que estava tudo corrigido, há um trabalho todo muito bem feito, e para isso utilizam-se instrumentos, como seja mudar aqui a forma como eram analisadas as Contas no passado e como são analisadas agora, no presente, o que não permite comparar com o passado.

Porquanto e foi aqui dito, e aliás eu fiz referência nisso numa nota pública que também dei, que falou-se aqui numa leitura transparente das Contas, e fazer-se uma leitura transparente das Contas, seria apresentar um Orçamento na perspetiva de dizer assim, sim senhor, nós entendemos que a ótica agora já não é uma ótica orçamental, é uma ótica patrimonial.

Muito bem, mas, não, Sr. Presidente, no passado aquilo que era a referência para a apresentação dos Relatórios de Gestão da Câmara, era uma ótica orçamental; hoje em dia é uma ótica patrimonial...

O Sr. Presidente: - Desculpe só interromper, mas a lógica orçamental não está nos Relatórios que são distribuídos?

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Já lá irei...

O Sr. Presidente: - Esclareça-me só, está ou não está?

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Não, não está, o que não existe é quadro que permita olhar para aquilo que eram as Contas do passado, e nem vou aqui utilizar algo que também vi na Comunicação Social, relativamente a uma redução da Dívida dos tais 40%, fartei-me de tentar fazer contas para tentar chegar a esse valor, e confesso que não consegui, mas deixo isso ao Vereador António Proa, que foi ele que na altura levantou essa mesma questão.

Mas permita-me só, Sr. Presidente, que diga o seguinte. Só para um exemplo, naquilo que nós falamos na redução da Dívida, a diferença entre ver, entre analisar-se entre a ótica patrimonial de hoje, a presente, e a ótica orçamental, do passado, significa há um aumento da Despesa de 17,6%, fizemos as contas relativamente ao modelo que era utilizado anteriormente, e portanto, numa lógica de transparência seria que evidentemente deveriam ter sido colocados em cima da mesa os 2 Planos, para que pudesse ser feita uma comparação.

Depois, dizer que pela análise que é feita destas mesmas Contas, há um excessivo recurso, e estou a falar nas Contas da Câmara, há um excessivo recurso a Receitas Extraordinárias que dificilmente serão repetidas, e que de alguma forma fazem-nos lidar aquilo que é a Dívida de curto prazo para Dívida de médio e longo prazo.

Dizer também e isto é uma nota positiva, que tantas vezes neste Mandato e noutros Mandatos, o CDS tem vindo a reclamar, que é questão do Inventário. E aí, Sr. Presidente, devo dar nota positiva disso, no entanto gostaria de colocar algumas questões relativamente aos mapas apresentados.

É um documento exaustivo, eu acompanho o seu sorriso e a sua satisfação com o Inventário, não tenha a mais pequena dúvida, até publicamente o fiz, mas numa leitura mais atenta, mais detalhada do Inventário, surgem-se aqui algumas questões.

Eu não gosto de entrar em questões muito técnicas, como sabe, mas por exemplo, relativamente ao Castelo de São Jorge, aparece aqui repartido por 4 vezes e não se percebe porquê, na página 431; isto deve haver alguma razão, sinceramente não sei qual é que será, do Castelo de São Jorge, não, por estar aqui a EGEAC, não tem nada a ver com isso, mas quer dizer, foi uma das situações que foi referenciada.

E depois existe uma outra coisa ainda, naquilo que é o imobilizado, que são as Obras e as Empreitadas, confesso que não sei como é que Obras e Empreitadas, em termos de Inventário, mas sou eu que se calhar tecnicamente não estou habilitado para avaliar isso, mas não parece que encaixe no imobilizado.

Vou-lhe fazer chegar, Sr. Presidente, eu não sei se existe algum Regulamento do próprio Inventário, eu pelo menos não o descobri, mas vou fazer-lhe chegar aquilo que eu entendo, fazendo nota e sublinhando o aspeto positivo e o passo que foi dado, mas acho que devemos ser ambiciosos e ir melhorando sempre, que deve ser elaborado um Regulamento Inventário e devem existir um conjunto de mapas, mas eu far-lhe-ei chegar esta informação, por forma a termos uma informação mais rigorosa, mais precisa, mais trabalhada, não é fácil consultar as tais 3 mil páginas, e portanto deixarei também aqui o meu contributo nessa medida relativamente ao Inventário, mas coloco-lhe estas 2 questões, porque efetivamente não consigo perceber como é que um imobilizado cabe em Obras e cabe em Empreitadas.

Dizer também que, e na tal criatividade orçamental e financeira, disse o Sr. Presidente na sua Conferência de Imprensa, que atingimos o mínimo histórico de Dividas a Fornecedores; esqueceu-se de dizer, é que essa Dívida que falava era uma Dívida de curto prazo, porque se nós formos ao montante da Dívida a médio e a longo prazo, na Rúbrica de Outros Credores, ou seja, aquilo que é a Dívida à Economia Local, às Empresas, há um aumento de qualquer coisa como 100 milhões de euros, ou seja, o que corresponde a um aumento de 117%.

É importante também, gostaria de destacar, que tanto se tem falado de impostos, de taxa e de taxinhas, neste ano houve um aumento de 18,7%, que é um aumento também ele significativo.

Uma última nota, antes de 2 questões mais relativamente às questões das Empresas Municipais, e que tem a ver com o seguinte. Eu esperaria, eu confesso, e não lhe teria ficado mal Sr. Presidente, que na Apresentação das Contas tivesse feito alguma referência ao Governo, e algumas medidas que o Governo assumiu e tomou, e algumas políticas que permitiram um encaixe

financeiro e um impacto financeiro positivo nas Contas da Câmara de acerca de aproximadamente 2 dígitos, não tenho um número em concreto, mas andará em cerca de 2 dígitos, qualquer coisa como 10 ou 12%.

E essas Receitas são fruto designadamente do IMI, em qualquer coisa como 51 milhões de euros, que a Câmara conseguiu arrecadar em termos de aumento de Receita; muito por via de uma política dos chamados Vistos Gold, ah peço desculpa, de IMT; e no IMI, uma Receita que correspondeu a 7,6 milhões de euros; assim como o pagamento por parte do Governo, de 6 milhões de euros relativamente à indemnização compensatória pelos terrenos do Centro Cultural de Belém; como foi no passado, relativamente à resolução da questão do Aeroporto.

Ou seja, nós estamos a falar de 51 milhões relativos a IMT; mais 7,6 relativamente a IMI; mais 2,4 pela alteração da questão do IMI no que diz respeito aos Fundos Imobiliários e mais 6 milhões de euros, dos tais terrenos do Centro Cultural de Belém, o que totaliza qualquer coisa como 67 milhões de euros, e portanto este impacto positivo nas Contas da Câmara, deve-se muito a medidas ou políticas assumidas pelo atual Governo.

Ou de questões que resolveu de uma forma isenta, não olhando a partidos, como foi o caso do Aeroporto, quando foi resolvida a questão dos terrenos do Aeroporto, o que estava em causa era uma questão de crise, uma questão da Cidade, e o Governo não esteve a olhar para ver se o Presidente da Câmara era do Partido A ou do Partido B, e portanto nessa medida, Sr. Presidente, não lhe tinha ficado mal ter feito essa mesma referência

Depois dizer-lhe também, que ainda em relação às tais Conferências de Propaganda, a ideia que o Sr. Presidente passou do Pagamento a Pronto a Fornecedores. Esse pagamento não é um Pagamento a Pronto, nem é um Pagamento a 4 dias, é um pagamento que é feito em média em 26 dias.

Relativamente às Empresas Municipais e para terminar, até porque tenho aqui um compromisso que já transmiti ao Sr. Presidente, tenho um Compromisso no Parlamento, é um Compromisso Oficial, e portanto terei que estar ao meio dia e quarente e cinco ali no Parlamento, e portanto tentarei e farei apenas esta única intervenção, e termino aqui com questão das Empresas Municipais.

Eu tinha 2 questões, uma em relação à EMEL, e uma em relação à EPUL. Em relação à EMEL, na Página 38, sugeria naquilo que sejam Apresentações futuras, tem um Quadro com os Proveitos Operacionais, e depois tem um Quadro de Distribuição de Gastos, e eu entendo que o modelo que foi apresentado no Quadro dos Proveitos Orçamentais é um modelo que permite uma leitura muito melhor do que aquela que é feita na Distribuição de Gastos,

uma vez que os parâmetros utilizados na elaboração dos Quadros são parâmetros diferentes, e portanto é uma sugestão que deixo para o futuro.

E depois, eu diria que relativamente à Página 40, no Ponto 9, que diz Factos Relevantes, eu acho que estes Facto Relevantes, pelo menos o 1.º parágrafo, é um parágrafo que devia ser retirado, porque faz referência à demissão do Presidente do Conselho de Administração da EMEL, que não foi feito no ano passado, foi feito ainda este ano, e portanto não percebo como é que é um Facto Relevante que aparece aqui, e portanto, por uma questão de rigor isto devia ser retirado.

Em relação à EPUL, deixo apenas uma pergunta que tem a ver com a razão. Qual é que foi a razão que levou a que fosse anulada uma Dívida à EPUL no valor de 2,1 milhões de euros? Convém referir, na página 67, o Relatório de Gestão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Não registo nenhum pedido de intervenção, não há? Sr. Vereador, por favor.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nós estamos aqui hoje a debater o Relatório de Atividades e as Contas da Câmara Municipal de Lisboa e das Empresas Municipais.

E eu gostava de salientar que isto não é apenas um ato formal, é um ato de política e muito relevante, porque de facto é neste momento que nós podemos fazer uma análise de tudo que foi a Atividade, não só do Município, como das suas Empresas, ao longo do ano, neste caso 2014, e depois, digamos que, compaginando essa atividade, podemos também analisar o que foram as suas Contas.

Salientando que as Contas, tanto da Câmara Municipal de Lisboa, como naturalmente das Empresas Municipais, são um instrumento, são um meio para se atingir um fim, e esse fim é o que está plasmado na Atividade, e era bom realçar isto, porque por vezes parece o contrário, parece que o objetivo é atingir determinadas Contas e não cumprir determinados objetivos de atividade e objetivos naturalmente com uma importante carga política, na medida em que estamos a servir os Cidadãos da nossa Cidade.

É sabido que o Partido Comunista Português em muitas coisas e nas questões, se calhar nalgumas delas, determinantes, não acompanhou a Política seguida pelo Município em alguns desses aspetos relevantes, foi em 2014, digamos que, embora a decisão política tenha sido anterior, mas 2014 foi o primeiro ano da grande concretização dessas medidas, e estamos a falar de várias,

designadamente a questão da Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa. Naturalmente que não acompanhamos essa Política, e portanto a nossa votação será em conformidade com isso, no caso das peças que estamos aqui assim a discutir e a debater.

Ainda sobre as questões que aqui vêm focadas no Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lisboa, eu gostava de salientar alguns aspetos. Por um lado, a questão da Redução do Passivo, que já aqui assim foi colocada e tem vindo a ser colocada.

É facto que nós, parece apesar de tudo, das Contas, que há uma redução, mas eu salientava de qualquer modo, uma das reservas da Certificação Legal de Contas, e um das reservas diz exatamente que não foi possível através da circularização feita, digamos que ajustar muitos dos valores que lá estão, salientando mesmo que há discrepâncias, ou seja, não pondo em causa a bondade dessa redução, julgo que ainda temos que caminhar muito no apuramento efetivo do que são, do que é de facto a situação patrimonial da Câmara, designadamente em relação às verbas a receber e às verbas que tem a pagar.

Como já aqui também foi dito, este ano a Câmara Municipal de Lisboa conseguiu um Orçamento, conseguiu obter verbas substanciais, o Orçamento final rondou os 820 milhões de euros e conseguiu uma Execução de 651 milhões de euros; também já vimos essencialmente donde é que veio esse aumento de verbas, designadamente do IMT e do IMI; de qualquer maneira, é importante também dizer que houve um aumento da cara que incidiu diretamente sobre os Municípios, como o demonstram que as verbas provenientes da Atividade, subiram de 93 para 110 milhões.

Quanto à decomposição da Despesa, também aqui sim, é possível analisar e verificar a Política da Câmara Municipal de Lisboa, porque nós verificamos que existe uma substancial redução dos custos com Pessoal, por exemplo; sabemos que uma parte dessa redução, mas não toda, é explicada pela Transferência para as Juntas de Freguesia.

Mas mesmo sem essa Transferência dos Trabalhadores para as Juntas de Freguesia, o que se verificou em 2014, foi mais uma vez uma redução substantiva do Quadro do Pessoal, e esta questão, também sabemos que o Relatório demonstra, demonstra quer dizer, salienta que já estão em curso alguns Concursos para admissão de Trabalhadores, designadamente para as áreas operárias, portanto cantoneiros, limpeza, jardim e etc..

Mas o que a nós preocupa, é porque esta redução de Pessoal tem sido no essencial nestas áreas, e naturalmente que também achamos que esta

redução substantiva, acaba por prejudicar a prestação do Serviço Público e acaba também por se encaminhar para alguma externalização dos Serviços.

Há bocadinho vimos aqui assim a exposição do Sr. Diretor Municipal, que indicou uma redução dos fornecimentos e serviços externos, mas por outro lado e analisando isto numa outra ótica, na ótica da Despesa, verificámos que os gastos com a Aquisição de Serviços subiram, podem ser de exercícios diferentes, enfim, isso depois é a questão das especialização económica dos exercícios, mas do que é certo, é que a Aquisição de Serviços passou de 97 para 133 milhões de euros.

Para não me alongar ainda muito sobre a Atividade, dizer que apesar de ter havido um acréscimo, como há bocadinho disse, nas Receitas obtidas este ano comparativamente os anos anteriores, eu salientava que há aqui alguma Áreas de Atividade que a nosso ver nos parecem bastante relevantes, e que apesar de tudo, digamos que essa Atividade foi claramente inferior a 50% de Execução do Plano.

Estamos a falar da Cidade dos Bairros, da Cidade Segura, do Direito à Habitação, da Cidade Reabilitada e Reabitada, do Espaço Público Amigável e da Cidade Acessível para Todos, portanto, este são alguns que nos pareceram mais relevantes, há outros, em que em todos eles a Execução oscila entre os 40%, portanto bem abaixo do que seria, como sendo, sendo aquilo que nós consideramos Áreas de atuação bem importantes, digamos que mereceria um grau de execução superior.

Falta ainda também um aspeto, que também já aqui foi focado, é que também esta questão dos Eixos e dos Objetivos, mais uma vez variou, o que não nos permite uma comparabilidade com anos anteriores, para podermos aqui assim fazer, digamos, com uma melhor destrição o que é que de facto foi aqui assim a evolução.

Passando agora, só dar aqui algumas notas relativamente a algumas questões das Empresas Municipais. Em primeiro lugar, dizer naturalmente que no caso da EMEL, e é uma boa prova de que a externalização não é um bom caminho, o facto de a EMEL vir, como foi aqui anunciado, no futuro retomar e a ter como escoação própria, digamos, a Área que estava concessionada à "Street part".

Também ainda nestes aspetos, há aqui, já agora no que toca à GEBALIS, há aqui uma questão de uma frase que estava ali, que eu espero que isso não seja o importante da Atividade da GEBALIS, quando diz que se está a ter mais em conta a avaliação da sustentabilidade do prédio, em termos da relação de Rendas versus Custos associados ao imóvel.

Eu julgo que se isso fosse a política a seguir, eu espero que não seja, embora esta frase conste do Relatório, isso seria bastante negativo. Imaginemos nós um edifício, por exemplo com pessoas de mais idade, com reformas naturalmente mais baixas, infelizmente, essas pessoas, esse edifício dá um menor rendimento, naturalmente, mas se calhar até porque tem pessoas de idade, com problemas de mobilidade, etc., se calhar é um edifício que até carece de um acompanhamento maior em termos da GEBALIS.

Como foi dito e bem, quer dizer, o que importa no caso da GEBALIS, como nas Empresas Municipais, são Empresas que estão, que foram criadas com o objetivo da prestação de um Serviço Público, e esse é que deve ser o grande objetivo e não, naturalmente, a obtenção de resultados, que sejam sustentáveis e é importante que ocorram.

Já agora, no caso da GEBALIS, registar que em 2014, também a GEBALIS salientar que houve uma redução de Rendas de 3 milhões, pelo facto das grandes dificuldades que os agregados familiares atravessam; isso vem comprovar também, que de facto 2014, como os anos anteriores, mas que se calhar até se agudizou em 2014, pelo menos no caso dos Bairros Sociais, a situação de facto das famílias é muito complicada, é muito difícil e em a ver naturalmente com a Política que tem vindo a ser seguida, e não diria mais para já. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Sr. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurarei ser muito breve, começando naturalmente por saudar a Apresentação que foi, que tivemos oportunidade de acompanhar, por parte dos responsáveis das Empresas Municipais e também por parte do Sr. Diretor Municipal e do Sr. Vereador.

Aproveitava a ocasião para solicitar que nos fossem facultados os documentos de suporte com que foram feitas as Apresentações, os PowerPoint's que foram aqui observados nos pudessem ser facultados, enfim com a brevidade possível.

E eu seria de facto muito curto, porquanto tenho alguma dificuldade em poder debater os dados que foram apresentados, porque os dados que foram apresentados não correspondem aos documentos que nos foram facultados, e portanto, estando eu preparado para fazer um debate com base nos documentos que a Câmara apresenta e vamos aqui hoje votar, porque são os únicos que respeitam ao Lei e que portanto são comparáveis com o passado.

Tendo a Câmara mesmo, confesso, com alguma surpresa minha, o Sr. Diretor Municipal optado por fazer uma Apresentação com outros Critérios que não aqueles que resultam estritamente dos documentos que foram distribuídos, e que como disse, os únicos que nos permitem comparar a evolução do desempenho do Município, eu tenho alguma dificuldade em fazer algum aprofundamento, e portanto de participar propriamente no debate.

Devi-lhe dizer aliás, Sr. Presidente, que a, para ser cuidadoso nos termos, a criatividade revelada no modo como as Contas foram apresentadas, resulta em quadros graficamente interessantes, resulta necessariamente num conjunto de conclusões que já nem sequer são novas, conclusões que começámos por ouvi-las logo no início do ano, e depois continuámos a ouvir essas mesmas conclusões resultantes dessa criatividade.

Há poucas semanas atrás, aliás, foi através dessa imaginação, dessa criatividade, que se chegaram a valores que eu fiz um esforço sincero para encontrar o suporte para as conclusões que ouvi serem profusamente anunciadas, mas confesso que com os dados que eu disponho, e sublinho, os dados que eu disponho são as Contas que vão sendo aprovadas, apreciadas e aprovadas na Câmara ao longo destes anos, e os documentos que nos foram presentes e que serão algo de deliberação hoje, bom, com base nesses documentos não se consegue acompanhar essa enorme criatividade que ouvi aqui desenvolvida.

Porque Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, por muita criatividade que se possa introduzir na Apresentação das Contas, e que até podem tornar mais interessante, mais atrativa a Apresentação, bom, por muito que se utilize essa criatividade, há questões que eu acho que deviam ser incontornáveis, e essas têm que ver com os Conceitos, os Conceitos que a Lei define para as diversas dimensões da análise.

E por exemplo, quando se fala em Dívida, a Dívida é a Dívida, não é outra coisa, e Sr. Presidente, se olharmos para Dívida, nunca, sublinho Sr. Presidente, nunca a Dívida se reduziu em 40%, nunca Sr. Presidente, e portanto eu tenho alguma dificuldade, como disse, em acompanhar, porque os números contrariam essa afirmação, os números são claros.

E se me permite, sem querer entrar em detalhe, porque não consigo competir com a imaginação que eu vi aqui exposta, os números da Dívida do Município podem ter várias abordagens, falo de Dívida tal como ela é apresentada nos documentos que foram sendo aprovados ao longo dos anos e que estão agora aqui para apreciação.

E se olharmos para a Dívida, e quando se fala em Dívida é a Dívida, e portanto a Dívida de curto prazo e de médio e longo prazo, bom, essa Dívida passou de 2007, de 905 mil euros, milhões de euros, muito obrigado, para este ano com 723 milhões de euros, essa é a dívida. E portanto o resultado dessa, desse somatório das duas componentes da dívida resulta numa diminuição de 25%. Oh Sr. Presidente, eu posso e se calhar aliás o Sr. Presidente até me pode ajudar, mas eu vou recorrer ao balanço de 2014. Se somarmos a dívida a terceiros média e longo prazo com dívida a terceiros curto prazo, são as únicas dívidas que fazem parte do balanço, somamos 485 milhões de euros, mais 237 milhões de euros, o que dá 723 milhões de euros em 2014.

Ora, se, e portanto uma redução face aos mesmos conceitos em 2007, uma redução de 25% mas se nós introduzirmos aqui um fator que resultou numa realidade incontornável, que foi o fato de ter havido um Memorando de Entendimento com o Governo, em 2012, sobretudo sobre os terrenos do aeroporto que teve um impacto na dívida de 269 milhões de euros, bom, então chega-se à conclusão que não fora, não fora esse contributo de 269 Milhões de Euros e então a dívida e é da dívida que estamos a tratar, hoje em vez dos tais 723 Milhões de Euros, seria superior em 27 Milhões de Euros à dívida de 2007 e isto são os números dos documentos da Câmara Municipal.

Mas há outra análise que se pode fazer da evolução da dívida do município e em relação à dívida do município, se olharmos apenas os dois últimos anos e portanto a variação de 2013 para 2014 da tal dívida, então verifica-se que houve uma diminuição de 2.2% de 2013 para 2014. Pois bem, esse foi o sucesso deste Executivo, ainda então presidido pelo Dr. António Costa, agora presidido em 2015 pelo Dr. Fernando Medina.

Pois bem, se compararmos a redução de dívida como eu referi de 2.2%, isso se compara com uma redução média da dívida nacional dos municípios de 11%, ou seja, os municípios em média de todo o país, reduziram a dívida em 2014 em 11%, o Município reduziu em 2%. Mas se quisermos olhar apenas para os municípios da área metropolitana de Lisboa, então a dívida, e estamos a observar conceitos idênticos e portanto comparáveis, a dívida reduziu-se na área metropolitana de Lisboa, a dívida dos municípios em 15% e em Lisboa, sublinho, de 2 %.

E portanto Sr. Presidente, com isto concluo que perante estes dados é difícil de fato de debater com mais profundidade as contas que são aqui apresentadas. Permita-me ainda assim fazer uma referência a outros dados que me parecem significativos. Em primeiro lugar, as receitas do município subiram de forma sensível e subiram muito à custa, subiram muito à custa dos impostos sobre os

Lisboetas. E portanto quer em matéria de IMI, quer de IMT, quer de Derrama, verificou-se um aumento significativo da receita, tal como se verificou um aumento de receita relativamente às taxas aplicadas aos municípios. E isto parece-me preocupante porque se tantas vezes se critica o Estado por sobrecarregar os municípios, pois bem, estamos aqui a ver que a Câmara faz exatamente aquilo que alguns dos seus protagonistas tanto criticam.

Uma outra nota Sr. Presidente relativamente à venda de bens de investimento. Este será porventura o último ano que eu posso fazer esta apreciação porquanto a Lei veio impor aos municípios limites, aliás já tivemos oportunidade de fazer essa referência, limites à previsão de receitas com a venda de bens de investimento, isso já teve impacto no Orçamento de 2015, e portanto este é o último ano que a Câmara não tinha qualquer limitação para prever a receita relativamente à venda de bens de investimento.

E portanto foi o último ano em que se pôde verificar aquilo que foi infelizmente uma tradição de largos anos de uma imensa, um imenso insucesso na execução desta receita. Se o ano passado estava na ordem dos 10%, bom, este ano não chegou aos 30% à execução de venda de bens de investimento e com isto quero dizer que o município tem cronicamente sobre dimensionado o orçamento no que diz respeito à venda de bens de investimento. Ainda assim Sr. Presidente o desempenho quanto a esta fonte de receita do município, resultou num aumento da dependência do orçamento municipal da venda de bens de investimento, se em 2013 a dependência do Orçamento relativamente à venda de bens de investimento era, no que diz respeito às receitas de capital de 15% passou para 35%, no que diz respeito ao total da receita do município, o ano passado o peso da venda de bens de investimento foi de 2.6%, aumentou este ano para 7.1%, ou seja, aumentou a dependência do município deste tipo de receitas que são receitas que não são repetíveis, pela natureza do que está em causa, vende-se um imóvel não se pode voltar a vender esse mesmo imóvel e os imóveis não vão nascendo para a Câmara Municipal.

Uma última nota Sr. Presidente, no que diz respeito ao comportamento das despesas relacionadas com a aquisição de serviços e com a evolução da despesa com Pessoal. Vemos com preocupação o aumento da despesa com a aquisição de serviços, pese embora eu não tenha tido oportunidade e quero ser cuidadoso nesta afirmação, eu não tenha tido a oportunidade de verificar em detalhe o que é que significa e como se chega a este valor, o que é fato é que há um aumento muito significativo de cerca de 30 Milhões de Euros na aquisição de serviços face ao ano anterior que dá, o que significa um aumento

de cerca de 35% e é parece-me preocupante porque numa primeira análise isto pode ter uma leitura de externalização de serviços e portanto diminuição de capacidade da Câmara ela própria poder fazer face aquilo que são as suas obrigações.

Por outro lado, no que diz respeito às despesas com pessoal há com efeito uma diminuição das despesas com pessoal na ordem de 5% face ao ano anterior mas por outro lado há um aumento muito significativo da despesa, das despesas com o pessoal em regime de tarefa e avença, e isso causa-nos alguma preocupação, o aumento é na ordem dos 30% face ao ano passado, se tivermos em conta que já foram transferidos para as Juntas de Freguesia, um conjunto de funcionários que pela sua atividade tinham este tipo de vínculo com o município, aliás, tivemos ontem a oportunidade de fazer alguma referência ao pessoal nesta situação nas Juntas de Freguesia, bom, o que se verifica é que em 2014 aumentou muito significativamente a despesa com pessoal em regime de tarefa e avença e isso também é para nós motivo de preocupação.

Mesmo a terminar Sr. Presidente, últimas duas notas para, sublinhar que as despesas de funcionamento sem pessoal aumentaram em cerca de 25% , ou seja, o que é consumido financeiramente com o funcionamento da Câmara aumentou 25% e por outro lado diminuiu o investimento no âmbito do Plano de Atividades diminui em quase 9 Milhões de Euros, mais precisamente 8.7 Milhões de Euros o que significou uma quebra de mais de 11% no investimento no âmbito do Plano de Atividades.

Sr. Presidente termino como comecei, foi a análise que procurámos fazer com base nos documentos que foram distribuídos, não tendo nós acesso nem diria até interesse em utilizar grande criatividade na análise destes dados, a nossa análise ficou por esta constatação face aos números que vamos aliás aqui deliberar sobre eles. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Muito obrigado, Srs. vereadores. Eu antes de passar a palavra ao Vereador João Paulo Saraiva para algum esclarecimento adicional, gostava de, até porque tive responsabilidade sobre todo o exercício, todo o exercício que agora presta contas, mas de responder às principais questões dos Srs. Vereadores.

E permita-me Sr. Vereador António Proa, começo mesmo por si, porque eu percebo bem quando diz que tem dificuldade em participar no debate, percebo bem que tenha dificuldade em participar neste debate. E aliás, ao longo destes últimos tempos, verdadeiramente percebe-se a dificuldade que o Sr. Vereador

tem em mesmo entender as próprias contas da Câmara e não sei se o faz de forma deliberada se é mesmo um problema de dificuldade de entendimento dos conceitos, porque o Vereador António Proa sempre que participou nos debates nas últimas semanas acerca das contas, não conseguiu verdadeiramente acertar uma, nem com as contas e muito menos consigo próprio.

Porque o Vereador António Proa, a primeira apreciação que tem sobre as contas no dia 20 de Abril diz o seguinte: “O Dr. António Costa tem enganado os portugueses, a redução da dívida deve-se apenas aos terrenos do aeroporto, sem estes a dívida teria aumentado”; no dia 20, ainda no mesmo dia, volta a repetir: “sem a venda dos terrenos do aeroporto, a dívida do município seria hoje superior à dívida que o Dr. António Costa encontrou na Câmara. Ainda nesse dia, um pouco mais tarde, deve ter sido porque aprofundou a análise das contas escreve o seguinte: “estou chocado, o Dr. António Costa tentou enganar os Portugueses. Sem o aeroporto a dívida da Câmara teria aumentado”. Curiosamente no dia a seguir, dia 21, o Vereador António Proa, já diz o seguinte: “ Da próxima vez que António Costa se referir à redução da dívida, deve agradecer ao Governos que foi responsável pela redução de 3/4 dessa redução”. Entre o dia 20 e o dia 21, o que simplesmente aconteceu pela abordagem do Vereador António Proa, é que o Dr. António Costa sem Aeroporto tinha aumentado a dívida da Câmara, pelos vistos pelas contas do Vereador António Proa, no dia a seguir já tinha reduzido a dívida em 25% relativamente, excluindo as verbas do aeroporto.

Eu percebo bem a dificuldade, é que o Vereador António Proa não acerta um número relativamente à apresentação das Contas da Câmara, e talvez eu possa recuar um pouco para, e ainda hoje aqui voltou a não acertar no número e voltou a acertar, a não acertar nos números das contas da Câmara e a não encontrar os números, eu volto outra vez, vou tentar de forma sintética explicar os vários conceitos para que possamos todos falar do mesmo, aliás, porque eles são conceitos que decorrem da Lei e decorrem do sistema de contabilidade e que são aplicados uniformemente para todos.

O primeiro conceito é o conceito passivo e o conceito passivo é um conceito de passivo total e o passivo total teve do ano passado para este ano uma, Sr.^a Vereadora já lá chego, isto vai por partes, vai por fatias que é para não haver confusões, que é para ficar tudo, o Sr. vereador tem dificuldade em seguir os números, eu dar-lhe-ei os números.

E aliás, tenho todo o gosto em fazer a minha exposição face às contas de 2007 e não as de 2013, porque isso também não lhe importa muito. Por isso temos o primeiro conceito que é o conceito de passivo total., o passivo total divide-se

em 3 conceitos diferentes; em primeiro lugar o conceito de passivo exigível e o conceito de passivo exigível tem duas componentes. Tem a componente da dívida e neste caso da dívida com uma dimensão mais estreita da dívida legal, tem permutas e tem operações de tesouraria.

Em segundo lugar, temos o chamado passivo possivelmente exigível, e o passivo possivelmente exigível são provisões para riscos e encargos. E há em terceiro lugar o passivo não exigível, correspondente a acréscimos e diferimentos e amortizações. Ora o que é que acontece? O que aconteceu nas contas da Câmara Municipal de Lisboa, é que desceu significativamente a dimensão do passível total, mas diminuiu também significativamente a dimensão do passivo exigível.

E aqueles números que o Sr. Vereador falou há pouco não são os valores da dívida da Câmara, são os valores do passivo exigível da Câmara, Sr. Vereador, são os números do passivo exigível da Câmara, porque a dívida da Câmara é calculada, a dívida legal da Câmara é calculada nos termos da Lei pelo Art.º 52 da Lei de Finanças Locais, que diz que a dívida do município é a dívida total de operações orçamentais, sublinho operações orçamentais, engloba os empréstimos tal como estão definidos no nº 1, do 49, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do Município junto de Instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos decorrentes de operações orçamentais, por isso há dívida do município e aliás creio que decorre do bom senso que a dívida do município, não deve contar com as operações relativamente às permutas no âmbito da SEGAL porque abatem-se mutuamente do lado do passivo e do lado ativo e não tem registo orçamental.

E é por isso, Sr. Vereador, que as contas da dívida da Câmara Municipal de Lisboa tiveram e têm a apresentação que foi expressa, uma apresentação que está disponível no site da Câmara, que foram aqui hoje apresentadas pelo Sr. Diretor Municipal, pelo Sr. Vereador e que a dívida efetiva da Câmara Municipal de Lisboa, é no final de 2014, de 618,3 milhões de euros, e era no final de 2013, 643,1 milhões de euros e reduziu 24,8%.

Mas a segunda questão, que é talvez a questão mais interessante para o Sr. Vereador, é que o Sr. Vereador...

(diálogos fora microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Posso repetir, posso até dar-lhe o PowerPoint, forneço-lhe o PowerPoint. 618,3 no final de 2014, 643,1 no final de 2013, 643,1

no final de 2013. A dívida legal do Município reduziu 24, 8 Milhões, isto é, incorporando a dívida legal do município já incorporava no ano passado a EPUL porque a EPUL já consolidava nas contas do município, para efeitos de dívida legal. Acresce o Braga Parques que não englobava as contas do município que é uma dívida assumida durante ao no de 2014 ao qual se reduz todo o trabalho de redução de dívida que o município realizou por si próprio. Mas eu vou direto à questão que tanto preocupa e está no PowerPoint de, que está no site e que foi hoje aqui apresentado e será depois distribuído mas também corresponde à dívida legal.

Sr. Vereador, mas deixe-me responder-lhe, eu queria que, tentar ajudar a esclarecer as suas questões sobre os Conceitos e a forma de apresentação das Contas de Câmara, mas queria ir direto à questão que o Sr. Vereador coloca, que é aquela questão que o PSD tem sempre mal resolvida consigo próprio, que é aquela questão dos terrenos do aeroporto.

Os Srs. Vereadores acham que a defesa do património que vários presidentes do município fizeram, desde o Presidente Abecassis até ao Presidente António Costa, e a negociação que é feita, que é um bónus que é atribuído pelo Governo à Câmara Municipal de Lisboa, acham isso, os Srs. vereadores acham isso e repetem isso à exaustão.

Eu acho que não é um bónus, acho que é uma oportunidade de resolver um litígio que se traduziu na alienação do passivo e este é que é o ponto, é que é uma alienação do passivo que se traduziu numa redução da dívida da Câmara, é que poderia ter havido alteração, a redução do passivo e simplesmente este ter sido gasto, ter sido consumido mas não foi, houve redução do passivo e este é que é um ponto, quer um ponto de diferença com outras instituições da administração pública portuguesa mas acima de tudo com uma prática que poderia ter sido a redução, a não redução da dívida por via do efeito do aeroporto e simplesmente o gato do dinheiro resultante da alienação do aeroporto, não, não foi consumido, não foi despendido, não foi, houve despesa, foi redução da dívida.

Mas eu gostava de ir diretamente à questão que o Sr. Vereador coloca, que é fazer o exercício; bom mas então o que é que acontecia sem os terrenos do aeroporto? Eu proponho-lhe dois exercícios: proponho-lhe um exercício que é fazermos as contas sem os terrenos do aeroporto; e proponho-lhe um outro exercício, que é fazermos sem os terrenos do aeroporto, sem o Braga Parques e sem a EPUL, isto é, como é que evoluíram as contas da Câmara se não tivéssemos tido os eventos extraordinários do ponto de vista da Receita e do

ponto de vista da Despesa, de Capital, de bens de investimento de um lado e do outro.

Se não tivéssemos tido estes eventos o que é que teria acontecido? Que é para no fundo, no fundo podermos fazer a verdadeira avaliação do que é que foram os mandatos António Costa em matéria de situação financeira da Câmara? Em primeiro lugar o Memorando do Aeroporto, vamos estabilizar os números sobre os quais conversamos, o Memorando do Aeroporto teve do lado da receita 286 milhões da alienação dos terrenos; teve 6 milhões de euros relativamente à resolução do diferendo dos terrenos do CCB.

Por isso não é nenhuma receita extraordinária que tenha calhado desta forma, decorre da execução do Memorando de 2012, e teve do lado de passivos da Câmara, e este é um ponto importante que gostava, para haver rigor nas contas, que foi a assunção 41 milhões de euros de Passivo, da Parque Expo, uma parte dos quais relativos ao Município de Loures, à gestão do espaço público do município de Loures, na área que foi integrada na Câmara porque quando se dá o acordo de 2012, o município de Lisboa assumiu a integralidade da dívida, incluindo a dívida que o município de Loures tinha para com a Parque Expo, isto dá um saldo líquido em favor da Câmara, no total de 252 milhões de euros.

Ora o que é que seriam as Contas da Câmara, o que é que seriam as Contas da Câmara se nós não tivéssemos estas operações extraordinárias? Então teríamos tido entre 2007 e 2014, uma redução do Passivo Exigível, em 177,5 milhões de euros, mas teríamos tido uma redução da Dívida legal em 273 milhões de euros, isto é, e vou dar-lhe os números para se o Sr. Vereador quiser confirmar, a dívida legal teria passado em 2007, de 955 milhões para 273, peço desculpa, para 681,9 milhões de euros, isto significa uma redução de 273,1 milhões de euros.

O que é que isto significa? Significa uma coisa muito simples, é que na gestão de 2007 a 2014, a Câmara Municipal de Lisboa, nos mandatos do António Costa, reduziu per si, sozinha, mais do que o resultante das alienações dos terrenos do Aeroporto, mais do que o resultante da alienação dos terrenos do Aeroporto. E isto, Sr. Vereador, é aquilo que provavelmente lhe custa mesmo ouvir, mas entre a sua exposição do dia 20, quer dizer, que a Dívida da Câmara teria subido sem o Aeroporto, na sua exposição a seguir, quer dizer, que afinal a Dívida só teria reduzido 25%.

A realidade dos fatos, é que se tirar os eventos do Aeroporto e se tirar os eventos Braga Parques e EPUL do lado da Receita da despesa, a Câmara Municipal de Lisboa reduziu a sua dívida em 273,1 milhões de euros, isto é, só

por si mais do que os valores atribuídos ao Aeroporto, esta é a verdade das Contas da Câmara Municipal de Lisboa ao longo dos mandatos do Presidente António Costa.

Quero em segundo lugar, falar de um segundo aspeto sobre a questão da apresentação das Contas e dos elementos, e Sr. Vereador João Gonçalves Pereira, rejeitar com muita frontalidade o que diz. As contas são apresentadas com todos os requisitos ilegais de todas as formas, o Sr. Vereador pode não gostar do que lá está, mas isso é um problema de apreciação política.

Eu aliás, não sei se é por já estar nisto já há mais tempo, não tenho tanta expectativa como o Vereador João Paulo Saraiva, de que estas contas não sejam sempre usadas para todas as interpretações e todas as leituras possíveis, faz parte do debate político e faz parte do contraditório.

Agora, o que existe é um esforço de transparência acrescido na demonstração e na explicação cabal das contas do ano de 2014, por uma razão simples, Sr. Vereador, as Contas, e isto não falo de Dívida nem de Passivo porque as Dívidas não estão em nenhuma lógica orçamental, estão em uma lógica patrimonial, é a mesma, não mudou, o que acontece é que a Despesa e Receita do ano, do mapa das despesas e receitas do ano, por regra são só apresentados em lógica orçamental e depois no seu resultado, em patrimonial, isto é, em fluxos de caixa e em lógica patrimonial.

O que é que aconteceu em 2014? E porque é que houve um esforço acrescido de transparência? É que nós mantivemos a informação orçamental, nós mantivemos a informação patrimonial, mas houve um esforço de explicação que o Sr. Diretor Municipal hoje fez, num trabalho de enormíssima exigência e qualidade que ele hoje aqui fez e a tentativa de conciliar as duas lógicas para poder mostrar o quadro mais verdadeiro da verdadeira situação da Câmara Municipal de Lisboa.

Porquê? Porque num ano normal, num ano em que a Câmara, a Dívida transitada de um ano para que não sofra grandes alterações, a comparação, os valores obtidos por exemplo da despesa em lógica orçamental são relativamente fidedignos da despesa efetiva do ano, porque no valor em que a dívida não suba muito e não desça muito, a dívida que transita de um ano passado e que é paga no ano em curso, a dívida transitou de 2013, paga em 2014, não é particularmente diferente da de 14 que transitou para 15. Num ano normal, no que seria um ano normal.

O que aconteceu em 2014 é que em 2014 houve uma fortíssima redução da dívida a fornecedores e como há uma fortíssima redução a fornecedores a despesa em sentido orçamental restrito cresce muito, cresce muito e é isso que

esta expresso nos mapas. Porquê? Porque a despesa orçamental são pagamentos efetuados, é caixa, é conta de caixa. Significa isto que se gastou mais? Não, significa que a Câmara pagou mais, porque este ano, como praticamente se eliminou a dívida a Fornecedores, pagou-se muito do atrasado que não transita, e já lá irei à Dívida a Fornecedores, eu já lá irei Srs. Vereadores, não se preocupem que eu vou aos pontos todos.

Quero é explicar e responder cabalmente ao Vereador João Gonçalves Pereira, sobre a questão levantada sobre a transparência dos indicadores. É que se olhássemos para a dívida para a despesa da Câmara Municipal de Lisboa, no ano de 2014, que foi um ano excecional de redução de dívida, excecional de redução de dívida, unicamente pelos indicadores orçamentais, o que nós iríamos chegar à conclusão, é que a Câmara Municipal teria disparado a sua Despesa e ficaríamos todos preocupados.

O que é que aconteceu? Bem, mas então gastámos muito mais eletricidade, dispara-nos a fatura da água, dispara-nos tudo, mas é que não é essa a verdade, o que aumentou foram os pagamentos nessas rubricas, porque importa ver é que acontece com os custos efetivos nessas rubricas, para que possamos ter um debate, e há rubricas em que sobem, há rubricas em que descem, e a descida que existe, uma parte da descida é explicada pelo processo de transferência para a Juntas, não é uma descida efetiva de maior eficiência da Câmara, é passagem da despesa para as Juntas, tem responsabilidade da diminuição dos fornecimentos e de serviços externos, como tem também nas despesas com o Pessoal, não é uma redução de efetivos pura e simples mas é a transferência de competências.

Certo? Mas não podemos é olhar para o valor do acréscimo orçamental e daí concluir que é um aumento da despesa da Câmara quando o que há efetivamente é um aumento do pagamento que a Câmara efetuou. É por isso que foi importante este ano fazer este esforço acrescido de apresentar ambas as leituras numa tentativa de conciliação para que pudéssemos ter uma verdadeira análise da situação financeira da Câmara Municipal de Lisboa.

Diz, depois o Sr. vereador João Gonçalves Pereira duas coisas; primeiro, é falso que sejam 4 dias, não são 4, são 26 do pagamento a Fornecedores; e é falso que nós estejamos a apoiar as empresas a pagar a pronto, porque há as dívidas que estão em outros devedores e credores que devem ser somados.

Não, Sr. Vereador, não é verdade, não, Sr. Vereador, não é verdade o que diz, não é verdade o que diz, se me deixar concluir. Quer dizer, se tiver a abertura de espírito para me ouvir, ouça e depois no final comente, ouça e depois comente. Quando se referiram os 4 dias, os 4 dias é o valor que se conseguiu

obter em Dezembro, os 4 dias é o valor final do ano, não é a média do ano, a média do ano é mais elevada, é por isso que nos Relatórios de Contas e no prazo médio ilegal de pagamentos ainda é mais elevado do que esse que o Sr. Vereador referiu, é verdade, nós tivemos ao longo do ano, o que veio a acontecer é que nós viemos a diminuir, mas que o problema da média é este, no início tem um valor alto, se no fim tem um valor baixo, a média é mais alta.

O Sr. Vereador pode usar o que entender, pode usar para efeito político aquele que entender, até se quiser até pode usar o de Janeiro, está à sua vontade e à sua discrição, desde que diga que é o valor de Janeiro, não está errado, o que eu acho que é importante salientar, é no fim de exercício de 2014, onde é que a Câmara está e em que condições está e a Câmara no fim de 14, está a pagar a 4 dias, em média, vamos ser rigorosos, em média.

Haverá alguém que possa receber a mais tempo e para alguns que podem receber em menos, em média, mas é no fim de 14, não é num ano, por isso não há nenhuma incongruência, não há nenhuma dificuldade e como verá aliás no anuário estatístico, creio eu, se a memória não me falha, no anuário estatístico do município, creio eu que o valor que irá aparecer é a média do ano, calculada pelo critério legal, que é por trimestre a trimestre, em que o prazo médio de pagamento, creio eu, deve ser de 51 dias, 51 dias.

O prazo legal é de 26. Então o legal será de 26 dias, porquê? Porque utiliza um critério ponderado do ano trimestre a trimestre, mas o que é importante destacar, é que no fim chegamos a 4. Porque é que isto é importante? Porque este é o patamar sobre o qual nós nos devemos medir para todo o ano, e se em 2015 formos bem-sucedidos, teremos em 2015 uma média de 4 ou de 5, ou de 6 ou de 7, portanto um valor perto desta natureza, e este é que é o dado importante. Porque nós conseguimos este resultado através da redução da dívida, e o que interessa, é que a partir daqui tenhamos o equilíbrio corrente para que este valor não volte a subir.

Segundo aspeto, é que o Sr. Vereador diz, bom mas não, mas trocou-se dívida de curto prazo, Sr. Vereador trocou-se dívida de curto prazo por dívida de longo prazo e não nós não estamos a apoiar as empresas como dizemos. Estamos sim senhor, sabe porquê, porque o que nós usamos foi explorarmos todas as faculdades que a Lei permite, e a Lei permitiu uma exceção nos acordos de pagamento, na minha opinião mal, em detrimento das companhias das águas e de saneamento, mas isso é um problema que não me compete, isso é um problema do Governo nesta questão das companhias mas o governo permitiu, só permitiu a realização de acordos de pagamentos com essas empresas.

E o que é que nós fizemos? Nós fizemos aquilo que eu acho que nos competia e que era a boa escolha, que é a realização de um acordo de pagamento com essas empresas, que o que fizeram imediatamente foi titularizar esse acordo de pagamento com um Banco, no qual a Câmara Municipal de Lisboa aceitou a titularização dessa dívida e a empresa recebeu o dinheiro a pronto, e por isso todas as empresas que se relacionam com a Câmara Municipal verdadeiramente, receberam o dinheiro.

E sabe o que é triste nesta história toda, Sr. Vereador, sabe o que é triste? É que o dinheiro que nós lá colocámos no acordo de pagamento, e que foram colocados 50 milhões da SIMTEJO, estejam agora a ser usados pelo Governo para encher o valor da empresa para meter na privatização na junção do sistema das águas, isto é que é lamentável, é que a Empresa, se vir as Contas da SMTEJO, é que o dinheiro que a Câmara Municipal de Lisboa pagou através do acordo de pagamento, através deste seguinte mecanismo, fizemos um acordo de pagamento, nas nossas contas passa para outros devedores e credores, mas a seguir a empresa titula a dívida com o Banco e recebeu o dinheiro a pronto do Banco, esse dinheiro está em caixa nas contas da SIMTEJO.

E é por essa razão aliás que a Simtejo está tão bem para servir de ativo para ser fundida com as outras empresas, é esta a realidade, por isso, o que nós fizemos foi a melhor gestão possível para apoiar as empresas e a economia, porque estamos verdadeiramente e apoiamos todas a tesouraria de todas as empresas, mesmo aquelas que não teriam necessidade, e com franqueza, mesmo aquelas que até o nosso parceiro acionista não merecia que nós fizéssemos isso, mas fizemos.

A quarta questão que o Sr. Vereador coloca, prende-se com agradecimento ao Governo. Quero-lhe dizer, que eu referi mesmo o Governo na conferência de imprensa em que apresentei as Contas, mas queria também precisar-lhe a sua conta, o grande contributo e aliás, referi o Governo e só o referi pela positiva e referi-o pelo acréscimo da receita de IMI, que não decorre daquilo que o Sr. Vereador diz, decorre de um outro aspeto, aliás de um secretário de Estado que pertence ao Partido do Sr. Vereador, é que o acréscimo de receita que a Câmara teve do IMI, decorre do perdão fiscal que foi aprovado pelo Governo.

O perdão fiscal que foi aprovado para o Orçamento de 2014, significou na Conta da Câmara Municipal de Lisboa, 10 milhões de euros adicionais de Receita, foi um perdão genérico em todos os impostos e permitiu a regularização do IMI, e eu referi isso na apresentação que fiz, referi expressamente esse ato se vir nas notícias.

E aliás, furtei-me foi a apresentar o outros contributos do Governo para as Contas da Câmara Municipal de Lisboa, é que só assim de memória, só assim de memória a conta é assim, foram 3 milhões do FAM a menos; foram 2 milhões da Caixa Geral de Aposentações; foi menos 1,2 da ADSE e foram menos 8 milhões pela introdução de uma cláusula adicional, em que a Câmara Municipal não recebe integralmente as transferências de IRS como a Lei define.

Por isso, Sr. Vereador, se quer agradecer ao Governo, faça o favor e também agradecer estes contributos que foram feitos, mas aliás, já que está num espírito tão, tão rigoroso na análise com o Governo, peço-lhe então o seguinte, é que seja muito firme e inequívoco na defesa junto do Governo, para que ponha fim ao verdadeiro absurdo e ao risco absolutamente insuportável sobre a instabilidade financeira do Município de Lisboa, que é a decisão e a inscrição na Lei de Finanças Locais da extinção faseada do IMT, sem contrapartida.

Porque o Sr. Vereador bem viu nas Contas, um dos elementos da estabilidade das contas deste ano, foram as receitas, o acréscimos das receitas de IMT, que se situaram num valor global de 120 milhões de euros, cerca de 120 milhões de euros, que representa, Sr. Vereador, que representam cerca de 120 milhões de euros nas Receitas do Município, cerca de 20% do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa.

E o que está na Lei das Finanças Locais, é uma exposição de extinção de IMT a partir do próximo ano, que é feita gradualmente a prazo e onde há o anúncio do ponto de vista do programa de estabilidade e crescimento, de que a solução futura é substituição pelo imposto de selo.

Ora como o Sr. Vereador bem sabe, e o Sr. Vereador ao seu lado também, ambos Deputados, o imposto de selo até agora não é um imposto municipal, e por isso, o que está neste momento em causa em cima da mesa e que está a preocupar um conjunto muito vasto de municípios, se não é todos, é que a ideia inicial que havia quando foi feita a reforma do IMI, que é o acréscimo da receita de IMI resultante do processo de reavaliação compensará a extinção do IMT, não estou agora a discutir a bondade, não faço nenhuma apreciação de mérito, pode ser válido para muitos municípios mas não é válido para um conjunto importante de municípios, nos quais se encontra Lisboa.

É porque, imaginem os Srs. Vereadores, se nós adotássemos uma política que é altamente indesejável, que seria altamente indesejável que era colocar o IMI na taxa máxima, isso dar-nos-ia uma receita adicional de cerca de 160 milhões, quando a perda do IMT num ano normal, porque não estou a falar de um ano

máximo, nós já chegámos a ter 200 milhões de euros de receita de IMT, o equivalente ao IMT, nós só compensaríamos metade da perda do IMT.

E mais, é que esta extinção a prazo não atenua, não é dividido por 3 a perda, é porque o que vai acontecer e já está acontecer, é não faseia a perda do município, é que adia as decisões e os agentes programam-se às decisões de investimento.

E se os Srs. Vereadores falarem com quem trabalha de forma profissional no mercado, vê que um simples contrato de promessa de compra e venda, acoplado de um contrato de aluguer com uma data de escritura deferida não faz e não liquida o pigmento do IMT, e aliás, os Srs. Vereadores verão, eu espero que não vejam, porque eu espero que nós consigamos eliminar esta disposição da Lei, porque se ela não for eliminada, o Município de Lisboa, o Município do Porto e muitos Municípios por este País fora, terão extraordinárias dificuldades, para não dizer impossibilidade de resolução da sua situação, da sua situação financeira.

Eu quero por último, referir-me a duas questões adicionais ainda. Uma que se prende com as Despesas de Pessoal e com a questão das Avenças, que foi aqui levantado; e outra com as alienações de património.

E começava por aqui, Vereador António Proa, não acho razoável a crítica, a dupla crítica que faz, porque por um lado crítica e diz, nós não atingimos os objetivos e ficámos aquém dos objetivos; e em segundo lugar, é uma receita estrutural, é uma receita extraordinária.

A nossa política de alienações, como eu referi várias vezes aqui ao longo deste mandato, tem uma dimensão muito importante, que é precisamente a de compensar os acréscimos extraordinários da dívida que a Câmara Municipal de Lisboa teve por efeito do Braga Parques e da EPUL, é mesmo um dos seus objetivos, nós precisamos de fazer uma política de alienações extraordinárias para lidar com os eventos extraordinários, eu repeti aqui nesta Câmara por ventura umas dez vezes.

Porquê? Porque é o que é, é o que faz sentido, porque não faz sentido honrar o orçamento do Município do ponto de vista corrente, com um serviço de uma dívida desta dimensão que, pela sua natureza é extraordinária e não acontece de forma recorrente.

Diz o Sr. Vereador agora do outro lado por isso diz: Em primeiro lugar, por isso não o deviam fazer; segundo lugar, bem, ficaram aquém do que programaram. Sr. Vereador, aqui volto-lhe a chamar para atenção dum aspeto que é, de facto, nós não atingimos o número que tínhamos previsto no ano passado. Não

atingimos, tínhamos previsto 134 milhões, tínhamos previsto 134 milhões e aquilo que concretizamos, aproximou-se dos 90.

Agora a verdade é que eles não entraram todos no mesmo exercício, não, mas por essa razão Sr. Vereador, se não encolher os ombros, vai ver até uma explicação, que é para já não ter surpresas na Apresentação das Contas de 2015, que é para não vir dizer que depois, que há aqui números mal explicados.

O que vai acontecer por efeito da aplicação da Lei e da receita não ter entrado em 2014, é que, não é que nós não vamos exceder Sr. Vereador, é que nós já excedemos pelo dobro, e por isso, nós, o ano passado tínhamos no Orçamento cerca de 134 milhões de euros relativamente a estas receitas, concretizamos cerca de 90, e o que acontece é que este dinheiro não entrou na sua globalidade no ano 2014, vai entrar no ano de 2015, porque correspondem às escrituras. Porquê? Porque isto é utilizado numa lógica de contabilidade orçamental de tesouraria, e por isso o que vai acontecer é que nós no ano de 2015, por efeito automático, vamos duplicar o valor e por isso já lhe quero dar uma deixa para guardar para o próximo ano, que se nós duplicarmos o valor, se eu aparecer aqui a dizer foi um grande feito, o Sr. Vereador com justiça poderá dizer que não foi um feito tão grande assim.

A última questão, relativamente á questão das despesas com o pessoal das avenças. A única explicação do aumento das avenças, decorre da opção que nos tomamos de, depois da abertura dos concursos para os cantoneiros e para o pessoal e para os Bombeiros e, enquanto esses concursos não estarem fechados, suprimos a necessidades da Câmara através de contratos de prestação de serviços, é unicamente isto. E por isso, quando eu ouvi já dizer; bem a Câmara aumenta a despesa com os avençados, aumenta. Pois aumenta porque decorreu de uma opção da Câmara Municipal de Lisboa abrir os concursos e, enquanto os concursos não tivessem encerrado, não esperar um ano, que é o tempo que agora demora o procedimento dos concursos para podermos suprir as dificuldades operacionais. E tratam-se de verdadeiros recibos verdes. Tratam-se de trabalhadores para cumprir uma necessidade temporária mas quero dizer mais. O que nós estamos a fazer a Lei não nos permite ir mais longe, a lei não nos permite nenhum sentido de prioridade, mas é óbvio que nós temos a expectativa de que estes trabalhadores que estão hoje com estes contratos de prestação de serviços, tendo uma experiencia reforçada na Câmara Municipal de Lisboa que possam de alguma forma, ter um ganho quando estão lá para concurso. É esse o nosso objetivo. Nós não podemos discriminar, nós não podemos dizer que têm prioridade, não o

podemos fazer, mas, com franqueza tenho a expectativa e o Departamento, a Direção de Recursos Humanos está a trabalhar nesse sentido, no sentido de que possa, possamos enquadrar e retirar da situação precária todos aqueles que já colaboram com o Município de Lisboa e, quero também acrescentar que nós, com a decisão que já tomamos de alargamento do quadro relativamente ao pessoal Operacional. O que eu anunciei na Assembleia Municipal de alargamento aqui na Câmara e na Assembleia Municipal de alargamento de 100 novos Operacionais para as Brigadas da Câmara, vamos seguir exatamente o mesmo procedimento, nós vamos tentar, por um lado, que se fechem os concursos o mais cedo possível mas, se não for possível fecha-los em tempo proceder às prestações de Serviço que se mostrem adequadas para podermos suprir as necessidades Operacionais que a Câmara tem e depois então sim, acabar com o processo fechando os concursos que temos. E por isso a nossa Política é uma Política de não ter qualquer precaridade no Município de Lisboa, temos provas dadas nessa matéria e os contratos de prestação de serviços cingem-se por um lado, aqueles que decorrem da naturezas das funções dos apoio aos gabinetes, na Vereação na Assembleia Municipal, mas cingem-se estritamente a este ponto que, suprimos estas lacunas, porque nós temos neste momento concursos abertos e os Srs. Vereadores farão justiça num aspeto; há quem concorde e há quem não concorde mas, tratasse de uma matéria de facto. A Câmara Municipal de Lisboa é a única entidade pública ou melhor, a entidade pública que neste momento mais contratações está a realizar. Isso significa uma coisa; que por um lado apostamos na valorização do serviço público mas, significa também uma coisa, é que nós temos as condições financeiras e temos as contas em ordem para podermos fazer estas contratações e isso para poder sermos mais livres para podermos fazer estas escolhas.

Srs. Vereadores, não sei se respondi á totalidade das questões mas respondi a uma boa parte, não sei se foi o Vereador João Paulo Saraiva

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Eu sei que o caderno de encargos que o Sr. Presidente deu aos Vereadores António Proa e João Gonçalves Pereira, nomeadamente nesta questão de tratar o IMT e de reverter a Legislação criada pelo Governo já era branco mas eu não resisto a só chamar a atenção para a pág. 54 do relatório; esclarece as duvidas que os Srs. Vereadores tinham sobre a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, sobre aquela matéria que é, a questão orçamental versos, ou melhor a contabilidade orçamental versos a contabilidade Patrimonial e como de facto nesta rubrica foram pagos uma

quantidade apreciável de dividas de anos anteriores, sinalizarmos pela lógica orçamental podemos cair no tal erro de apreciação de; termos um custo de 100 do ano, vêm 50 de trás, pagamos tudo no mesmo ano, não podemos dizer que nesse ano tivemos um custo de 150, mas sim de 100 e 50 eram do ano anterior. E é muito essa explicação que está aqui nesta pagina, portanto eu pedia-lhes a atenção de lerem porque está completamente explicada esse acréscimo relativamente às despesas mas que não significam o aumento dos custos.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Sr. Presidente, eu não vou insistir na análise, só gostava que ficasse claro que, a tentativa que o Sr. Presidente fez de tentar demonstrar que eu me tinha enganado, au não me enganei Sr. Presidente, fui absolutamente rigoroso na análise que fiz recorrendo aos documentos que a Câmara me facultou.

Eles estão todos aqui em cima e portanto as contas que eu faço é em função dos conceitos que vêm expressos nos documentos da Câmara e, quando se fala de divida, falasse de divida, quando se fala de passivo, falasse de passivo, utilizando uma dimensão ou utilizando a outra, não se chega nunca a 40% de redução de divida, mesmo ignorando os aspetos extraordinários, o Sr. Presidente ignora uns, eu ignoro outros ou introduzimos uns introduzimos outros e isso leva-me a outra questão Sr. Presidente.

Esta preocupação que eu assisto, vai para mais de uma dezena de anos na Câmara Municipal por todas as forças politicas, de argumentarem sempre, que há sempre um asteriscosinho quando apresentam um número e o Sr. Presidente hoje fez esse exercício, aliás, não só o Sr. Presidente fez esse exercício como ouve o cuidado, nos documentos que me foram distribuídos, há lá mesmo um asteriscosinho com uma nota daquilo que deve ser ou não deve ser contabilizado, aquilo que é contabilizado mas não devia ser, bom, mas é porque tem de ser porque a Lei obriga assim a ser.

E o Sr. Presidente depois disse, mais á frente, que este ano houve uma série de questões extraordinárias e depois lá exemplificou. Ó Sr. Presidente, quando eu ainda há pouco disse que há uma dezena de anos que assisto a este argumento, é porque é mesmo verdade eu posso-lhe dar vários exemplos de vários Presidentes que, na apresentação de cada, das demonstrações financeiras ou dos documentos provisionais vão sempre afirmando: Bom, tivemos que incorporar nas contas dividas não contabilizadas, registar dividas,

registar encargos, acordos, enfim, o mais variado leque de coisas extraordinárias que todos os anos ocorrem e, portanto a única forma de fazer a comparação é mesmo assumir, que não foi este ano.

Todos os anos há fenómenos extraordinários, e portanto a única forma de fazer uma comparação é assumir que os fenómenos extraordinários acontecem todos os anos e portanto foi isso que eu fiz, e é isso que eu farei sempre e tanto recuso esta criatividade, Sr. Presidente, com que foi apresentado o orçamento deste ano, que é obviamente, muito dirigida e tem o objetivo claro, que aliás foi assumido pelo Ex-Presidente da Câmara.

Mas Sr. Presidente, não colhe, acho que não deve colher a bem da transparência, porque é como aquela coisa de, que nós já aqui há algum tempo já analisamos de verificar o investimento no Saneamento ou no Plano de Drenagem e depois dizer: Bom, mas deve ser contabilizado também aquilo que foi investido na repavimentação, mas que não está na Drenagem.

Sr. Presidente, se nós não formos objetivos na análise, não nos conseguimos jamais entender e é isso que eu procuro fazer, assumindo que há sempre fenómenos extraordinários, e portanto os fenómenos extraordinários dão sempre jeito a uns ou a outros, mas não há nada como pegar nas contas tal como elas são apresentadas, tal como elas vão ser deliberadas e fazer as análises.

Uma última nota, como eu gosto de ser rigoroso Sr. Presidente, o Sr. Presidente tentou encontrar uma contradição nas minhas informações, nas minhas informações que leu na imprensa, dando barato que podem ter tido entendimentos errados, mas enfim, eu próprio, não, não, Sr. Presidente, eu procurei hoje nesta reunião dizer de forma clara como é que eu cheguei às conclusões, que tirei, mas como eu gosto de ser rigoroso, aquela evolução que o Sr. Presidente fez questão de sublinhar de um dia para o outro, é porque eu tentei fazer mais um exercício para tentar chegar aos 40% e mesmo assim não cheguei.

E vou-lhe dizer qual foi para que não haja dúvida, é que nas primeiras afirmações eu fui buscar aquilo que eu acho que deve ser a base, que foi o fecho das Contas de 2007, mas depois, fiz um exercício ainda mais exigente, que foi, fui buscar o fecho extraordinário das Contas no fim de Julho de 2007, porque aí coincidiu exatamente com o início de responsabilidades do Dr. António Costa, e portanto comecei por ir buscar um exercício que me parece evidente, que é as contas normais, o fecho das contas normais de 2007, mas depois tentei ser mais rigoroso para tentar encontrar o racional dos 40%, e fui buscar as Contas de Julho de 2007.

Portanto a diferença, Sr. Presidente, encontrasse aí, e se verificar a coerência com que eu fiz as contas, chegará às contas que eu afirmei, portanto só para justificar, porque eu gosto de ser rigoroso e como gosto de ser rigoroso, também gostava de ter encontrar os 40% e não encontrei. Muito Obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador Fernando Seara.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Presidente, 3 reflexões sobre as Contas que Vossa Exa. Apresenta, e que foram desenvolvidas pelo Dr. Nelson Sousa, Diretor Municipal.

Não vou discutir a apresentação, nem os números de pessoas que foram Governantes da Republica, não vou discutir, nem me vou reportar a outras situações de que não sejam exclusivamente aquelas que respeitam á ponderação e, vou dizer ao Vereador João Paulo Saraiva, á Ponderação politica não me peça questões técnicas, também lhe digo, não me venha com essas questões, se quer um conselho de quem tem muita experiencia sobre estas matérias.

A análise das Contas de 2014, Sr. Presidente Fernando Medina, traduz-se neste duplo princípio: Uma excecional redução da Divida – 24.8% e não 40, a troco de um excecional aumento de Receita e portanto, e por isso Vossa Ex^a nessa matéria e bem, o que fez...

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, peço só desculpa, só para precisar, desculpe só a interrupção. O que está a falar é do ano de 2014 para 13, a discussão com o Vereador Proa é sobre 2007.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Não, oh Sr. Presidente, eu estou a analisar, eu peço desculpa, eu estou a analisar as Contas de 2014, estou a analisar as Contas de 2014 “toutcourt”.

O Sr. Vereador António Proa, e bem, fez o desenvolvimento de 2007 retificado com a Aprovação Extraordinária. Certo? Portanto eu, não temos, estamos a falar aqui, e portanto a minha análise é apenas a questão da excecional redução da dívida versos excecional aumento da receita. A excecional aumento da receita resulta de fatores que são circunstanciais, permitam-me dizer também, Dr. Nelson, representa a vitória de parte do programa da assistência financeira por parte de Portugal que lhe permitiu alteração dos spreads bancários, que lhe permite aqueles resultados, não vale a pena porque é evidente que as pessoas coletivas de direito público de base territorial

principalmente as mais relevantes em Portugal conseguiram produzir substancialmente junto das principais entidades bancárias que tinham disponibilidades financeiras para conceder crédito em 2014 que não tinham e em 2013 e em 2012 e 2011 e em 2010. Portanto não vale a pena , até podemos julgar que estamos aqui nesta sala bonita com pinturas extraordinárias e julgar que depois lá fora é outra, não. O Sr. renegociou e bem os spreads bancários , até lhe vou dizer, entre outras entidades o Banco Santander que permitiu aqueles resultados., entre outros , entre outros, não vou dizer o BPI para não perturbar o BPI.

(diálogos fora do microfone)

O Sr. Vereador Fernando Seara (cont.): - Sr. Presidente, as operações factoring foram com quem? As operações de factoring foram com quem? Tenho a certeza absoluta que foram com o Banco Santander em um dos aspetos, um dos aspetos, os outros não os vou discutir, se há alguma coisa estamos os dois demasiado bem informados sobre isso, demasiado bem informados e não...

(diálogos fora do microfone)

O Sr. Vereador Fernando Seara (cont.):- Por amor de Deus, “silence”, até pelo seguinte, vamos ao segundo ponto; é evidente que tiveram que fazer operações de reestruturação com entidades terceiras, é evidente que sim, em razão de fenómenos excepcionais de legislação existente em Portugal, é evidente que sim.

Está ali um ilustre Vereador do Partido Comunista Português, que conhece isso muito bem na sua entidade bancária, e podemos até discutir, agora o que eu digo. É que as contas de 2014. Como serão Sr. Presidente as 2 contas de 2015? Resultam de excepcionais momentos que lhe permitem, tendo aumento da Receita que vinculadamente e com consciência de responsabilidade, uma redução da dívida.

Porque uma coisa e a outra são realidades conexas, sistemicamente evidentes, e por isso, a ponderação do PSD nessa matéria é clara, ai de nós que não parássemos V. Exa., esperando, agora também lhe digo, Vereador João Paulo Saraiva, um toque político, estabilidade nas lógicas financeiras da Câmara, Dr. Nelson, assim espero, porque o que eu sei é que todos os últimos Vereadores

das Finanças, desde 2007, não repetiram o seu Mandato, isso é o que eu sei, isso é o que eu sei.

E também sei...

(diálogos fora do microfone)

O Sr. Vereador Fernando Seara (cont.): - ...não façam prolongamento. E eu também sei, eu também sei que nessa matéria, não, com certeza por motivos pessoais, todos e todas elas, sublinho, todos e todas elas, foram para outros momentos de existência humana.

Não foi decerto por incapacidade, não foi decerto por falta de tenacidade, foi decerto por excepcionais circunstâncias pessoais, equivalentes às mesmas que lhe permitem Sr. Presidente apresentar estas Contas nas formas do Dr. Nelson que foram apresentadas.

Meu caro João Paulo, nos mesmos termos que nalgumas circunstâncias apresentei em Sintra, fazendo de vez em quando nos primeiros momentos do meu mandato quando fui eleito por equívoco que o eleitoral, fazendo essa sugestão à Dra. Edite estrela, e a Dra. Edite Estrela nunca se convencendo que nunca se discutiam as coisas Pub não tecnicamente, mas sim politicamente.

Desejo a toda a sorte do mundo, a si e ao Movimento dos Cidadãos por Lisboa nesta nova representação contemporânea, e digo ao Sr. Presidente, que na verdade se formos analisar as Contas, alguns dos dados que foram objeto de pronúncia pública nesta reunião privada, baixaram significativamente, com certeza como diria o outro ontem, vamos a isto, vamos com certeza com os números certos, muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Eu antes de dar por, antes de passarmos à fase das votações, não registo mais pedidos de intervenção, gostava Sr. Vereador António Proa de lhe distribuir, não só a apresentação que tive oportunidade de fazer, onde tem todos os valores e também de distribuir a Lei, a Lei de Finanças Locais.

Porque o Sr. Vereador, não só no debate anterior, mas também aqui, há lá matérias que não vale a pena nós divergirmos, e uma das coisas que não vale apenas divergirmos é quanto aos Conceitos; e a Dívida, o que aconteceu no ano de 2015 foi uma forte redução de Passivo, uma forma redução, 2014, peço desculpa, uma forte redução do Passivo, uma forte redução do Passivo

Exigível, que é aquilo que o Sr. Vereador coloca, e o que é mais significativo, uma não tão forte Redução da Dívida para efeitos legais.

Mesmo com o dito efeito extraordinário com o Braga Parques, por isso assumindo o seu princípio, não há nenhuma excecionalidade, compara-se o valor legal com o valor legal, tudo acontecerá, tudo aconteceu e distribuo isso com o texto para não haver dúvidas sobre qual é o valor da Dívida que nós aplicámos na Câmara Municipal de Lisboa, porque aliás, somos obrigados por todas as instituições.

Mas deixe-me dar-lhe também, tomar nota para o debate das Contas, que teremos no próximo ano, porque se, e que é uma nota amiga, no próximo ano a Câmara Municipal de Lisboa terá, se tudo correr como é sua normalidade, o que será a mais extraordinária redução da Despesa da sua história, e Sr. Vereador já fica com esta de bónus porque vai ter, se nada de extraordinário acontecer, a Câmara terá uma extraordinária redução da sua Despesa Orçamental, e espero que na altura, daqui a um ano se lembre disto que aqui lhe estou a dizer, porque é isso que vai acontecer, mantendo.

Não, não, estou a falar da Despesa, da Despesa, que é para o Sr. Vereador não se esquecer daquilo que hoje diz, que é para nós compararmos o que é legalmente comparável do administrativo, deixemos lá a realidade das coisas porque essa não interessa muito, comparemos só a forma; e eu da forma, posso já dizer-lhe que mantendo-se a Câmara a gastar exatamente o mesmo e a funcionar exatamente da mesma maneira, e até podendo gastar mais por aumento das despesas de investimento, a Câmara apresentará no ano de 2015 uma significativa redução da Despesa, e eu sei que não é mérito nosso, sei que não vai ter nenhuma diminuição efetiva, mas sei que contabilisticamente isto vai aparecer, o Sr. Vereador fica com esta para o debate do próximo ano.

Por último, relativamente ao Vereador Fernando Seara. Para lhe agradecer aquilo que diz e para concordar consigo na questão de fundo, e a questão de fundo que coloca é mesmo a questão mais importante, que é o problema da solidez da sustentabilidade financeira da Câmara Municipal de Lisboa.

É essa aliás a minha grande preocupação, porque eu tenho a consciência de como é que estes resultados foram atingidos e basta aliás ver, para quem tem estes resultados como um quadro de recuperação da receita do IMT, que é um imposto cuja extinção já está decretada e cujos processos de então já vai ter efeito nas contas.

Só alguém que não tivesse sentido de responsabilidade, é que não estava preocupado, e eu estou profundamente preocupado com a manutenção da estabilidade das contas da Câmara de Lisboa, e em particular neste novo

quadro, é que eu não sei como é que vários municípios, entre os quais Lisboa, Porto e outros Municípios, na zona do Algarve, vários Municípios aguentarão se este processo do IMT não for travado, não é possível aguentar se este processo do IMT não for travado.

Eu repito, pela sua importância, mesmo que nós tomássemos uma decisão socialmente injusta e desaconselhável, era aumentar as taxas de impostos para o máximo, nós só recuperaríamos metade da perda da receita do IMT, metade da perda da receita do IMT, e daí a importância das medidas que nós já tomámos relativamente às taxas e que terão o seu efeito.

Mas dizer-lhe que tenho bem consciência da situação da Câmara e do caminho que temos que fazer, e do fato de nunca podermos descuidar a necessidade do equilíbrio estrutural da Câmara de Lisboa, isto é, receitas, despesas correntes e este seu equilíbrio que tem que ser muito atendido.

Por último relativamente à decisão relativamente ao Santander. É verdade o que o Sr. Vereador diz, mas também gostava de dar uma boa notícia a esta Câmara, é que já procedemos à Renegociação da Dívida do Santander que resultou do crédito já contraído por esta Câmara no âmbito da EPUL; se bem se recordam, foi autorizada a contração de um crédito de reestruturação da dívida a curto prazo, de uma dívida de 48 milhões médio/longo prazo da EPUL, com o spread 3,5 e que acabou de ser reestruturado para um spread 1.3, só esta alteração significará uma poupança no orçamento da Câmara superior a 1,5 milhões de euros por ano só por efeito de redução dos juros.

Srs. Vereadores, não havendo mais questões, poderíamos passar, ah, eu gostava, gostava, peço desculpa Srs. Vereadores, eu gostava antes de passarmos às votações, eu gostava de deixar aqui publicamente em reunião de Câmara, já o fiz noutro momento, mas gostava de deixar um agradecimento a todos os Conselhos de Administração das Empresas Municipais e a todos os seus colaboradores, pelo excelente desempenho que tiveram no ano 2014.

Como é possível ver das Contas nós hoje, temos todas as Empresas equilibradas, temos todas as Empresas com modelos de financiamento adequados e realizamos importantes, as operações diria eu, mais importantes foram realizadas finais deste processo de estabilização financeira de 2014, por um lado a extinção da EPUL, cujas Contas apreciaremos em próxima reunião.

Também a resolução em favor da Câmara, de um diferendo com a Administração Tributária em relação à EGEAC, que aumenta significativamente os recursos disponíveis do ponto de vista da Câmara e da política de cultura mas também a importante reestruturação da dívida da GEBALIS, que em

simultâneo com a liquidação dívida da Câmara para com a Empresa, permitiu estabilizar do ponto de vista económico a Empresa para os próximos tempos.

Quero pois deixar uma palavra de agradecimento a todos, à Dra. Teresa do Paço; toda a equipa da SRU; toda a equipa da GEBALIS; da EPUL; da EMEL, também aos anteriores corpos sociais da EMEL, porque de fato são bons resultados, que nos tranquilizam do ponto de vista da sustentabilidade das nossas contas.

EGEAC, peço desculpa, mas a EGEAC já tinha tido uma menção expressa autónoma que irá prosseguir este ano com novas iniciativas, a EGEAC, exatamente, foram cerca de 2 milhões de poupança orçamental, por ano, para o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa e uma recuperação creio eu de 6 milhões. É isso? 6 Milhões de atrasados à Administração Tributária, por isso não está cá o Vereador João Gonçalves Pereira, mas esta fica a crédito da Câmara contra o Estado.

Srs. Vereadores, vamos então proceder à votação. Vou pôr à votação a Proposta 264/2015 (engano do Sr. Presidente). Eu tenho, o Vereador João Gonçalves Pereira pediu para se, comunicou-me que se ausentava mas comunicou o seu sentido de voto. Não havendo objeções eu transmitirei o sentido de voto, registarei a sua presença e transmitirei o seu sentido de voto para efeito de Ata. Por isso vamos votar a Proposta 269/2015. Pergunto, quem vota contra? Quem se abstém? A Proposta foi aprovada com os votos contra do CDS, do PSD e do PCP.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 269/2015, a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)